

## **A HARMONIA DO TEMPO E A SABEDORIA DA DIFERENÇA: NINGUÉM ESTÁ ATRASADO!**

THE HARMONY OF TIME AND THE WISDOM OF DIFFERENCE: NO ONE IS LATE!

*Garcia Matondo Vita Bige<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

"A Harmonia do Tempo e a Sabedoria da Diferença: Ninguém Está Atrasado!" Este artigo explora a luta entre a pressão social e a busca pela realização pessoal em um mundo que valoriza a velocidade e a competição. Baseando-se em pensadores como Platão, Aristóteles, John Rawls e Thomas Hobbes, o texto argumenta que a verdadeira realização reside na aceitação das diferenças individuais e no respeito ao próprio ritmo de vida. A metáfora do futebol ilustra a importância da excelência no desempenho, independentemente do reconhecimento externo. Além disso, o artigo propõe que a razão pública deve guiar as relações sociais e internacionais como um caminho para a paz e a justiça, exemplificando isso pela criação da União Europeia, que representa um ideal kantiano de harmonia entre nações.

**Palavras-chave:** Harmonia, Pressão Social, Realização Pessoal, Razão Pública, Diferenças Individuais

### **Abstract:**

"The Harmony of Time and the Wisdom of Difference: No One Is Late!"

This paper examines the tension between social pressure and the pursuit of personal fulfillment in a world that prioritizes speed and competition. Drawing on the ideas of philosophers such as Plato, Aristotle, John Rawls, and Thomas Hobbes, the paper argues that true fulfillment is found in accepting individual differences and respecting one's own life pace. The metaphor of football is used to illustrate the importance of excellence in performance, irrespective of external recognition. Additionally, the paper suggests that public reason should guide social and international relations as a pathway to peace and justice, exemplified by the creation of the European Union as a Kantian ideal of harmony among nations.

**Keywords:** Harmony, Social Pressure, Personal Fulfillment, Public Reason, Individual Differences

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia Política (UFSCar), mestrado em Filosofia Política e especialização em Teorias da Justiça (Universidade do Minho, Braga, Portugal). Professor no Instituto Superior de Ciências de Educação - ISCED do Uíge, em Angola. Email: [matondobige1@hotmail.com](mailto:matondobige1@hotmail.com).

## Introdução

No vasto palco da existência humana, cada ser brilha com a luz do Sol e a serenidade da Lua, desempenhando seu papel no momento exato. Entretanto, em um mundo que valoriza a velocidade e a competição, muitos se sentem pressionados a corresponder a padrões e expectativas externas. Essa corrida contra o tempo resulta em ansiedade e comparação constante, alienando-nos de nossa própria essência.

O problema central que este artigo se propõe a explorar é a luta interna entre a pressão social e a busca pela realização pessoal, em um contexto que frequentemente desvaloriza as diferenças individuais. O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão filosófica e poética sobre a harmonia do tempo e a sabedoria da diferença, com base nas ideias de grandes pensadores.

Platão nos ensina que um Estado bem governado só pode existir quando aqueles que governam o fazem não por busca de vantagens pessoais, mas por uma vida sensata e realizada, verdadeira fonte de felicidade. Ele alerta que, quando pessoas em busca de ganho próprio dominam os negócios públicos, a disputa pelo poder toma o lugar da harmonia, comprometendo o bem comum. Aristóteles defende que "a virtude reside na excelência do que fazemos", enfatizando a importância de agir com maestria e dedicação, independentemente do reconhecimento externo. John Rawls ressalta que a justiça deve ser um ato de equidade, enquanto Thomas Hobbes descreve a natureza humana como propensa à competição e ao conflito. Finalmente, Bernard Mandeville nos alerta sobre os "vícios privados" que, embora possam gerar benefícios públicos, comprometem a harmonia social.

Este artigo busca, assim, iluminar o caminho para a aceitação e celebração de nossas singularidades, desafiando a lógica da comparação e promovendo a autenticidade em nossas vidas.

## Reflexão Filosófica e Poética sobre o Tempo: O Poder e a Virtude

No vasto palco da existência humana, cada ser é iluminado pelo Sol e acalmado pela Lua, desempenhando seu papel de maneira única, sem a necessidade de competir por atenção ou validação. A natureza, em sua sabedoria atemporal, revela a harmonia profunda que surge da singularidade: a vida não é uma corrida contra os outros, mas uma jornada pessoal, marcada pelos ritmos e tempos que nos são próprios. Essa visão desafia as pressões sociais que incitam à pressa e à ansiedade, lembrando-nos de que o verdadeiro sentido da vida reside na sintonia com nosso ritmo interior, e não na comparação constante com o próximo. Platão, em sua obra *A República*, convida-nos a refletir sobre a essência do poder e da felicidade. Ele afirma:

Se descobrires uma vida melhor do que governar, para os que devem governar, podes conseguir um Estado bem administrado. Pois só nesse mandarão aqueles que são realmente ricos, não em dinheiro, mas naquilo em que deve abundar quem é feliz – uma vida boa e sensata. Se, porém, os mendigos e os esfomeados de bens pessoais entram nos negócios públicos, pensando que é daí que devem arrebatar o seu benefício, não é possível que seja bem administrado. Efetivamente, gera-se a disputa pelo poder, e uma guerra dessas, doméstica e interna, deita-os a perder, a eles e ao resto da cidade (Platão, *A República*, Livro VII, 1949, p. 325/521<sup>a</sup>).

Essa reflexão ecoa ao longo dos séculos, convocando-nos a buscar a autenticidade do ser e a repensar a relação entre poder e virtude. Na alegoria da caverna, Platão nos exorta a romper as sombras que nos aprisionam no mundo sensível e a buscar a verdade que transcende as aparências. Este ato de coragem nos permite acessar a verdadeira justiça, onde nossas ações e relações encontram um equilíbrio autêntico e duradouro. Ele também enfatiza que "cada homem deve ter uma profissão", pois a harmonia social depende da contribuição de cada um com seu dom único, em vez de tentar abarcar todas as funções, o que resultaria em fragmentação e superficialidade. A ideia de que quem tenta fazer tudo pode acabar não fazendo nada é ilustrada pela analogia do cão, que, apesar de ter quatro patas, só segue um caminho de cada vez. Esse princípio indica que a diversidade e a especialização na sociedade representam uma riqueza; as diferenças culturais e profissionais são fontes de criatividade e prosperidade. Quando respeitadas, essas diversidades aprimoram os mecanismos sociais, independentemente da concepção política de justiça que a sociedade adote, promovendo dignidade aos cidadãos e incentivando a cooperação nacional e internacional.

### **O Egoísmo e a Competição nas Relações Internacionais**

Na contemporaneidade, parece cada vez mais distante a sabedoria que outrora norteou os valores universais nas relações entre nações. Os conflitos geopolíticos, como os que envolvem Rússia e Ucrânia – na Europa –, as tensões entre a República Democrática do Congo e Ruanda – na África – e as disputas envolvendo Israel, revelam um cenário marcado pelo egoísmo desmedido. A busca por poder e recursos ofusca a ideia de bem comum, gerando uma dinâmica destrutiva que torna a cooperação e a paz duradoura metas aparentemente inalcançáveis.

Bernard Mandeville, em *A Fábula das Abelhas*, oferece uma análise instigante da moralidade social ao propor que o bem-estar coletivo, paradoxalmente, possa emergir de interesses egoístas. Ainda assim, Mandeville adverte que os benefícios públicos decorrentes de vícios privados acontecem, em última instância, à custa de uma verdadeira harmonia: “os vícios privados, administrados com destreza por um político habilidoso, podem ser transformados em benefícios públicos” (Mandeville, 2017, p. 383). Esse pensamento sugere que, embora o egoísmo possa impulsionar avanços econômicos ou científicos, sua exacerbação no âmbito social e político gera conflitos que dificultam a construção de uma paz autêntica e duradoura. No cenário internacional, a busca incessante por supremacia frequentemente leva a guerras e disputas territoriais, intensificando o sofrimento humano e retardando o desenvolvimento das nações.

A competição descontrolada por poder e influência, em vez de se transformar em uma cooperação saudável, transforma-se num ciclo de hostilidade que isola os países, criando um mundo cada vez mais marcado pela desconfiança. Cada conflito — como os observados entre Rússia e Ucrânia ou entre Congo e Ruanda — evidencia a incapacidade da sociedade global de valorizar diferenças culturais e respeitar os interesses locais. Esse fracasso gera desequilíbrios profundos, impedindo o florescimento de uma paz genuína, onde as nações poderiam unir forças para benefício mútuo.

## A Singularidade como Caminho para a Harmonia Social

Reconhecer e valorizar as diferenças entre indivíduos e culturas é essencial para construir uma convivência harmoniosa, tanto no âmbito pessoal quanto no cenário global. A aceitação da singularidade de cada ser humano e de cada sociedade fortalece a convivência e estabelece uma base sólida para a cooperação em prol do bem comum. Ao permitir que pessoas e nações expressem seus talentos e potencialidades únicas, abrimos espaço para uma colaboração genuína, na qual a criatividade e a inovação florescem em benefício de todos.

Se aplicássemos os ensinamentos de Platão e Mandeville aos conflitos internacionais, poderíamos imaginar um cenário mais harmonioso, no qual as diferenças culturais e as fronteiras seriam respeitadas, não como barreiras, mas como riquezas compartilhadas. Essa visão promove uma convivência equilibrada e pacífica, permitindo que cada nação contribua de forma única para o desenvolvimento global, assim como cada indivíduo traz suas habilidades e propósito à sociedade. Esse é o melhor uso do potencial humano.

Platão reforça essa ideia ao afirmar: “a faculdade de pensar é, ao que parece, de um caráter mais divino, do que tudo o mais; nunca perde a força e, conforme a volta que lhe derem, pode tornar-se vantajosa e útil, ou inútil e prejudicial” (Platão, VII livro, 1949, p. 321/519a). Direcionar nosso pensamento para o entendimento e a valorização das singularidades transforma-o em uma força poderosa para alcançar uma convivência mais colaborativa e harmoniosa, onde as fronteiras se tornam pontos de conexão e a diversidade, um motor para o desenvolvimento compartilhado. Como alerta Mandeville, “não há nada de bom no universo para o homem mais bem-intencionado se, por equívoco ou ignorância, comete o menor erro ao usá-lo” (Mandeville, 2017, p. 357).

Essa postura nos convida a abraçar a pluralidade como uma fonte de enriquecimento coletivo e nos incentiva a construir, a partir dela, um futuro de cooperação, respeito e progresso mútuo.

## A Metáfora do Futebol: Como Jogar Bem o Jogo da Vida

Tomemos, por um instante, a figura dos grandes clubes de futebol: Real Madrid, Barcelona, Manchester City, Manchester United, e até mesmo o Primeiro de Agosto de Angola. Essas equipes não precisam “caçar” torcedores ou adeptos; sua grandiosidade reside no que seus jogadores entregam em campo. As atuações apaixonadas, a habilidade refinada, e o compromisso coletivo falam mais alto que qualquer campanha publicitária. Quando jogam com alma e técnica, os atletas arrebatam o coração de milhões, e o espetáculo do jogo em si se transforma em poesia. Em paralelo, nossas vidas – tanto na esfera profissional quanto na cívica – deveriam seguir esse mesmo princípio de autenticidade e dedicação.

Aristóteles, em sua “Ética a Nicômaco”, oferece-nos uma sabedoria atemporal: ‘A virtude reside na excelência do que fazemos, independente do reconhecimento imediato.’ A virtude não é um recurso externo, mas algo intrínseco, sob nosso próprio domínio. Aristóteles enfatiza:

A excelência diz-nos respeito e encontra-se sob o nosso poder não menos do que a perversão. Isto é, as situações nas quais está no nosso poder agir são as mesmas em que podemos não agir. Porque, quando está no nosso poder dizer não também está no nosso poder dizer sim (Aristóteles, 2018, livro III, p. 75/1113b3).

Essa reflexão se aplica ao futebol e, por extensão, à vida. Quando um jogador está lesionado, ele se vê impossibilitado de contribuir plenamente para o bem da equipe e precisa ceder espaço a alguém que possa desempenhar melhor aquela função. Não é apenas uma questão de escolha, mas de responsabilidade e de compromisso com o coletivo. Nas palavras de Aristóteles, “é nisto que consiste o poder ser bom ou mau. Por isso está no nosso poder prestarmos ou não prestarmos” (Aristóteles, 2018, livro III, p. 75/1113b3).

Cada jogador, assim como cada cidadão, se empenha para o coletivo, e a excelência – não o aplauso – deve ser o objetivo primordial. Isso vale para médicos, professores, políticos, líderes religiosos e profissionais de todas as esferas. Ao perseguirem a excelência e a integridade em suas funções, o reconhecimento e a admiração surgem naturalmente. A virtude cativa, pois é contagiante, e o bem, quando feito de coração, transforma-se em inspiração para todos. Aristóteles elucidada:

As atividades a que nos dedicamos fazem de nós o que somos. Isto é evidente a partir dos que se treinam, no futebol, e para qualquer competição ou se dedicam à prática de uma atividade. O ignorar que as disposições do caráter nascem do exercício de uma atividade é próprio de alguém completamente estúpido (Aristóteles, 2018, livro III, p. 76/1114<sup>a</sup> 1).

Aqui, Michael Sandel nos oferece uma chave de leitura complementar. Em “O que o Dinheiro Não Compra”, ele afirma que certas virtudes, como integridade e generosidade, não podem ser reduzidas a valores monetários; são tesouros que se enriquecem com o uso. Nas palavras de Sandel:

O altruísmo, a generosidade, a solidariedade e o espírito cívico não são similares a mercadorias que se esgotam com o uso. São mais como músculos que se desenvolvem e fortalecem com o exercício. Um dos defeitos de uma sociedade regida pelos mercados é que permite que estas virtudes definham. Para podermos renovar a nossa vida pública, precisamos de as exercer com uma tenacidade cada vez maior (Sandel, 2015, p.135).

Tanto Aristóteles quanto Sandel nos lembram que as virtudes precisam de exercício e prática, como os músculos que se fortalecem pela repetição. O contrário disso leva à fragilidade e ao fracasso. Portanto, o trabalho honesto e o comprometimento ressoam nas interações humanas e se refletem na qualidade de nossas relações e realizações. É a busca pela excelência que nos conecta, que inspira uns aos outros a novos patamares. Quando cada um se empenha pelo bem comum, nenhum membro da sociedade fica para trás, pois todos contribuem para o aprimoramento coletivo.

Assim, a justiça – um dos pilares fundamentais da excelência para Aristóteles – deve ser o objetivo supremo em nossa convivência. Ela transcende interesses pessoais e atua como uma virtude completa, pois abarca todas as outras virtudes e se realiza plenamente nas relações comunitárias. Como expressa o filósofo:

A própria justiça é uma excelência completa, não de uma forma absoluta, mas na relação com outrem. A justiça concentra em si toda a excelência. É, assim, de modo supremo a mais completa das excelências. É, na verdade, o uso da excelência completa. É completa, porque quem a possui tem o poder de a usar não apenas só para si, mas também com outrem. Ou seja, o cargo público revela

aquilo de que um homem é capaz, porque no desempenho da sua função já se está em relação com outrem e em comunidade (Aristóteles, 2018, livro V, pp. 119-120 – 1130<sup>a</sup>1).

Dessa forma, jogar bem o jogo da vida é, em última instância, agir com virtude e justiça, cultivando nossa própria excelência e contribuindo para o bem-estar coletivo. Se cada cidadão agir com esse propósito, o impacto reverbera por toda a sociedade, e construímos, juntos, uma humanidade mais digna e verdadeira.

### O Padrão de Comparação: A Caverna da Ilusão

O enigma da existência humana revela a comparação com os outros como um espelho distorcido, refletindo sombras e ilusões. Essa busca externa por valor remete à "Alegoria da Caverna" de Platão, onde a humanidade, acorrentada, enxerga apenas sombras projetadas nas paredes – reflexos de expectativas e valores sociais. Passamos a acreditar que essas sombras representam a verdade, quando, na realidade, apenas obscurecem a nossa essência. Platão nos adverte sobre essa cegueira, ensinando que a maioria dos homens vive em um 'mundo de sombras', sem perceber a verdadeira luz. Esse jogo entre luz e sombra expressa a condição humana: frequentemente, somos prisioneiros de uma realidade moldada por ilusões e opiniões externas, distantes da profundidade que o autoconhecimento oferece.

Ao compararmos-nos com os outros, aceitamos essa sombra como um reflexo legítimo, negligenciando a luz autêntica que reside em nós. Abandonar as sombras e buscar a luz, o caminho do autoconhecimento, exige coragem, pois implica confrontar ilusões que obscurecem nossa visão. É nesse encontro interior que distinguimos aqueles que apenas coexistem conosco dos poucos que realmente compreendem nossa essência. Essas pessoas, guiadas pela mesma verdade, reconhecem e valorizam o que temos de mais genuíno. Nas palavras de Platão: "Aqueles pessoas que, *como você*<sup>2</sup>, entendem do mesmo modo não terão dificuldade em declarar que pensas bem, mas aquelas que não têm qualquer compreensão do assunto é natural que julguem que não vale nada o que dizes" (A República, Livro VII, 1949, p. 337/527e).

O impulso por reconhecimento externo aprisiona-nos em um labirinto de validação que nos desconecta da verdadeira felicidade, a qual brota de dentro. Como flores que se fecham à luz, ocultamos nosso valor intrínseco ao submeter seu reconhecimento à aprovação alheia. Contudo, cada ser humano é único e insubstituível, e é essa singularidade que nos torna essenciais na tapeçaria do mundo. Reconhecer nosso próprio valor, afastado das sombras das expectativas sociais, é um ato libertador. Somos como estrelas que brilham com luz própria, capazes de iluminar nossa consciência e a daqueles imersos no mundo das sombras.

Essa compreensão profunda de si mesmo conduz a uma visão mais ampla e altruísta da sociedade. No ideal de justiça de Platão, uma comunidade harmoniosa deve transcender a sobrevivência individual e alcançar uma unidade coletiva. Ele observa:

<sup>2</sup>Todas as expressões que aparecerem em itálico nas citações são de minha inteira responsabilidade.

À lei não importa que uma classe qualquer da cidade passe excepcionalmente bem, mas procura que isso aconteça à totalidade dos cidadãos, harmonizando-os pela persuasão ou pela coação, e fazendo com que partilhem uns com os outros do auxílio que cada um deles possa prestar à comunidade (A República, Livro VII, 1949, p. 323/520<sup>a</sup>).

Essa ideia de sociedade, onde cada pessoa contribui para o bem comum, não é apenas um ideal, mas uma exigência de verdadeira justiça social, onde o valor humano se manifesta em ações que elevam a todos.

A obra de Platão também inspira pensadores contemporâneos como John Rawls, que propõe uma forma de justiça que permita a cada indivíduo florescer em seu próprio espaço e tempo. Em *Uma Teoria da Justiça*, Rawls defende uma sociedade onde as liberdades são igualitárias e as desigualdades são justificáveis apenas se beneficiam os menos favorecidos. Ele afirma: “Cada um deve ter um igual direito ao mais amplo sistema de liberdades básicas, compatível com um sistema semelhante de liberdades para os outros e a diferença é permitida, desde que favoreça os mais desfavorecidos” (Rawls, 2017, p. 95).

Para Rawls, a justiça é uma composição de igualdade e equidade, na qual o valor de cada indivíduo é respeitado por políticas que promovem oportunidades justas. Mas como compensar as desigualdades de nascimento e habilidade inatas? Segundo Rawls, a sociedade deve investir mais recursos, por exemplo, na educação dos menos favorecidos, como forma de redistribuir oportunidades e criar uma verdadeira igualdade de condições. Ele sugere que uma justiça genuína requer a redistribuição de renda e riqueza – como em programas como o Bolsa Família no Brasil<sup>3</sup> e o Kwenda<sup>4</sup> em Angola são exemplos de iniciativas voltadas a garantir alguma dignidade a todos. No entanto, é crucial que tais programas atendam às necessidades essenciais, para que não se tornem meras formalidades sociais. No caso de Angola, por exemplo, o valor repassado às famílias é insuficiente, considerando o custo elevadíssimo da cesta básica, o que compromete a eficácia do programa em promover justiça social real.

Os princípios de justiça de Rawls, apresentados em *Uma Teoria da Justiça*, oferecem diretrizes para qualquer sociedade comprometida com o bem comum. Ele escreve:

*Primeiro:* Cada pessoa tem um direito igual a um sistema plenamente adequado de liberdades básicas iguais para todos, que seja compatível com um mesmo sistema de liberdades para todos. E, *segundo*, as desigualdades sociais e

<sup>3</sup> Bolsa Família (Brasil): O Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado em 2003, que tem como objetivo combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil. O programa oferece apoio financeiro mensal para famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas com crianças e adolescentes, visando garantir melhores condições de vida. Para receber o benefício, as famílias devem cumprir certos requisitos, como manter a frequência escolar e a vacinação dos filhos, promovendo assim o acesso à educação e à saúde. Restabelecido em 2023, o programa oferece um valor básico de R\$ 600 por família, com adicionais de R\$ 150 por criança de até 6 anos e de R\$ 50 para crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, além de gestantes.

<sup>4</sup> Kwenda (Angola): Criado em 2020, o Kwenda é um programa de transferência de renda em Angola, que visa reduzir a pobreza e apoiar as famílias em situação de extrema vulnerabilidade, especialmente em áreas rurais e regiões de difícil acesso. Coordenado pelo Fundo de Apoio Social (FAS), o programa realiza transferências de renda diretas e temporárias, buscando melhorar as condições de vida das famílias e promover a inclusão social. Cada família beneficiada recebe 8.500 kwanzas (cerca de US\$ 13 a 15, dependendo da taxa de câmbio) por mês, pagos trimestralmente em um total de 25.500 kwanzas a cada três meses. Com uma meta de alcançar aproximadamente 1,6 milhões de famílias, o Kwenda também visa estimular o desenvolvimento econômico local, apoiando comunidades em situação de vulnerabilidade a alcançar maior estabilidade financeira e social.

econômicas devem satisfazer duas condições: a) devem estar ligadas a funções e posições acessíveis a todos, em condições de igualdade de oportunidades; e (b) devem proporcionar o maior benefício aos membros mais desfavorecidos” (Rawls, 2022, pp. 144-145 e 2017, p. 68).

Michael Sandel complementa essa visão ao refletir sobre o “princípio da diferença” rawlsiano, que permite desigualdades quando promovem o bem coletivo. Ele observa:

A alternativa de Rawls, que ele denomina princípio da diferença, corrige a distribuição desigual de aptidões e dotes sem impor limitações aos mais talentosos. Como? Estimulando os bem-dotados a desenvolver e exercitar suas aptidões, compreendendo, porém, que as recompensas que tais aptidões acumulam no mercado pertencem à comunidade como um todo (Sandel, 2017, p. 194).

Assim, o valor de um talento é uma dádiva compartilhada, um recurso comunitário. Amartya Sen também enfatiza a justiça distributiva, sugerindo que desigualdades devem ser permitidas apenas se melhorarem as condições dos mais desfavorecidos. Ele ressalta a importância de políticas públicas que visem eliminar a pobreza extrema, pois, “o princípio da diferença, de Rawls, vem expor a importância da equidade para os arranjos sociais, de tal modo que a atenção passa a centrar-se, especialmente, sobre as provações por que são assaltadas as pessoas que se encontram em piores condições” (Sen, 2012, p. 112).

Angus Deaton acrescenta uma perspectiva prática, lembrando-nos que as disparidades podem ser um chamado à ação, motivando as classes favorecidas a reduzir as desigualdades. Ele argumenta: “Se os sofrimentos dos menos favorecidos estimulam esforços para descobrir formas de diminuir as disparidades, se não por outra razão, pelo fato de que a própria existência de pessoas mais privilegiadas demonstra ser possível não haver privação” (Deaton, 2017, p. 23).

Marx, em sua crítica ao sistema de classes, vê na união dos trabalhadores a chave para uma sociedade justa. Seu chamado – “Proletários de todos os países, unam-se!” (Prefácio à quarta edição alemã de 1890 do *Manifesto do Partido Comunista*) – ressoa com o princípio da diferença de Rawls, incentivando empatia e solidariedade para reduzir as desigualdades. Max parece apelar à cooperação dos trabalhadores:

O trabalho de cada um, como parte do trabalho total, pode representar diferentes fases do próprio processo de trabalho, fases que o objeto do trabalho percorre com maior rapidez graças à cooperação” (Marx, 2013, p. 402). Assim, ao cooperar com outros de modo planejado, o trabalhador supera suas limitações individuais e desenvolve sua capacidade genérica (2013, p. 405).

As reflexões de Michael Sandel e Amartya Sen reforçam a necessidade de superarmos barreiras sociais e econômicas em busca de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Sandel critica a meritocracia, defendendo que o sucesso individual depende, em grande parte, das condições sociais. Ele afirma: “Para todos os nossos esforços, não vencemos por conta própria nem somos autossuficientes; estar em uma sociedade que recompensa nossos talentos é sorte, não obrigação” (Sandel, 2021, p. 325). Já Sen observa que os desfavorecidos frequentemente ajustam suas expectativas ao que lhes parece viável: “Os destituídos tendem a conformar-se com sua privação pela pura necessidade de sobrevivência”, *por medo de represálias* (Sen, 2010, p. 89).

Essas reflexões filosóficas convergem para uma conclusão: empoderar os menos favorecidos, libertando-os das restrições sociais e econômicas, é um imperativo ético. Que a sociedade evolua para que cada indivíduo, livre das sombras da desigualdade, possa brilhar em sua singularidade e dignidade. Esse ideal de justiça social é um chamado à ação para um mundo onde igualdade e liberdade se tornem realidade. Que nossas vozes, unidas, iluminem o caminho para transformar o ideal de justiça em um farol para o futuro.

Assim, Platão, Rawls, Marx, Sandel, Sen e Deaton convergem em uma mensagem comum: uma sociedade justa e iluminada só é possível quando transcendemos as sombras da comparação, do julgamento e da meritocracia excludente. Cultivando empatia e justiça, oferecemos a todos a oportunidade de viver em dignidade, contribuindo para uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

### **O Fenômeno das Guerras Atuais: Quando a Força Prevalece sobre a Diplomacia**

Thomas Hobbes, em *Leviatã* (Parte II, Capítulo 13), apresenta o estado de natureza como um cenário de guerra de todos contra todos, onde a força e o poder são predominantes. Esta perspectiva ecoa nos conflitos contemporâneos, nos quais potências e blocos de interesse buscam maximizar seus ganhos estratégicos pela força militar, agravando a miséria e a desgraça das nações vulneráveis. As guerras atuais, como o embate entre Rússia e Ucrânia, exemplificam essa dinâmica, em que o poderio militar frequentemente ofusca os apelos pela paz e diplomacia, violando de forma grave os princípios do direito internacional. No caso da Rússia, a invasão a um país soberano ocorre sob justificativas ambíguas que, racionalmente, seriam insuficientes para justificar o uso da força militar e a lei do mais forte sobre a força da lei.

Hobbes afirma incisivamente: mesmo que houvesse uma distribuição equitativa, o homem não se contentaria com sua porção. A partir dessa igualdade de capacidade, nasce uma esperança de alcançar o próprio fim, levando os homens a se tornarem rivais e a buscar a eliminação ou subjugação mútua. Nas palavras de Hobbes, “um agressor teme apenas o simples poder de outro homem” (Hobbes, 2009, p. 94). Ele identifica três causas da disputa: “Competição, desconfiança e glória. A competição leva os homens ao ataque pela vantagem; a desconfiança os faz buscar segurança, e a glória, defender a reputação” (Hobbes, 2009, p. 95). Assim, a vida humana é um combate incessante pela sobrevivência, um “cada um por si”, em que o homem é o “lobo do homem”.

Como ressalta Hobbes, “a guerra não é apenas o ato de batalhar, mas o período em que há a disposição para lutar” (Hobbes, 2009, p. 95). E daí ele deduz: “a vida do homem é solitária, pobre, embrutecida e breve” (Hobbes, 2009, p. 96). Em outras palavras, sem cultivar a razoabilidade para evitar uma guerra contínua, a vida torna-se um pesadelo, ao invés de uma busca pela felicidade. Esse quadro é evidente em regiões como o Oriente Médio, onde conflitos entre Israel e grupos extremistas resultam na perda de vidas inocentes. Israel, temendo retaliações, busca eliminar grupos como o Hezbollah, perpetuando um ciclo de violência e fome coletiva – uma tragédia humana que se alastra incessantemente.

A guerra, contudo, não é o caminho mais razoável, pois nos aproxima dos seres irracionais, privando-nos da capacidade de dialogar como seres racionais, dotados de linguagem comum para evitar tamanha barbárie. As reflexões de

Hobbes, apesar de cruas, nos lembram que a natureza humana pode ser tanto uma fonte de grandeza quanto de destruição.

John Rawls, em *O Direito dos Povos* (Parte II), sugere que a razão pública deveria guiar as ações dos governantes, especialmente em tempos de conflito. Segundo ele, cidadãos e líderes devem ser razoáveis e racionais, capazes de escolher o bem e justificar suas razões de forma livre e consensual. A razão pública é o elo entre governantes e governados, sendo uma forma de intermediação social pautada em valores compartilhados e justiça. Assim:

Este ideal é satisfeito quando juízes, governantes e outros funcionários públicos, bem como candidatos a cargos políticos, seguem a razão pública e explicam aos cidadãos suas razões para apoiar políticas fundamentais, conforme a concepção política de justiça que consideram mais razoável. Assim, cumprem o dever de civilidade, ajustando seu discurso e conduta aos preceitos institucionais (Rawls, 2014, pp. 167-168).

Os cidadãos também concretizam esse ideal ao exercerem o voto, devendo, segundo Rawls, “Conceber-se como legisladores e perguntar quais regulamentos, amparados em razões recíprocas, julgariam razoável apoiar. Assim, exercem seu dever de civilidade e sustentam a ideia de razão pública, promovendo, por seu voto, o vínculo dos funcionários do governo com esses valores” (Rawls, 2014, p. 168).

A cidadania responsável deveria ser uma prática universal, respeitando a diversidade cultural e política de cada sociedade. No entanto, é paradoxal que, no século XXI, a humanidade ainda testemunhe a morte de milhares de pessoas em conflitos que poderiam ser evitados por meio de diplomacia e entendimento. É fundamental que todos os agentes sociais, em todos os níveis, preservem sua humanidade e compreendam o sofrimento alheio, evitando que a destruição vença a razão. Como destaca Rawls: “enquanto membros responsáveis da sociedade, podemos reconhecer quando nossos deveres e obrigações morais estão em conformidade com a justiça, visando o bem comum, *sem prejudicar outros povos*” (Rawls, 2014, p. 92). Assim, cada cidadão deveria cooperar de forma recíproca com os demais, observando aquilo que todos consideram justo, um princípio que poderia se expandir para as nações e Estados. Afinal,

Os povos, em oposição aos Estados, possuem uma natureza moral particular, que inclui um certo orgulho legítimo e senso de honra; podem ter orgulho de suas histórias e conquistas de maneira compatível com o ‘patriotismo apropriado’. O respeito que exigem é um respeito condizente com a igualdade entre os povos. Os interesses que movem os povos são congruentes com uma igualdade justa e um respeito mútuo (Rawls, 2014, p. 80).

Dessa forma, a razão pública constitui o alicerce das interações entre governantes e governados e deveria orientar suas decisões em prol do bem comum e da justiça social. Para Rawls, a equidade nas relações sociais e internacionais é essencial para o desenvolvimento humano, sendo um princípio que poderia mitigar conflitos globais: se os líderes políticos adotassem plenamente a razão pública, suas ações serviriam de exemplo, incentivando os cidadãos a respeitar instituições que promovem o bem-estar e a paz social.

## Proposta de Solução: A Razão Pública como Fundamento da Paz

A resolução das guerras contemporâneas, fundamentada no pensamento de John Rawls, reside na promoção da razão pública, tanto entre governantes quanto entre governados. Diplomacia e diálogo devem ser priorizados como métodos de resolução de conflitos, com líderes nacionais e internacionais assumindo a responsabilidade de modelar um comportamento pautado no bem comum, demonstrando que a cooperação e o consenso são caminhos viáveis para alcançar a paz. Rawls propõe que as relações internacionais sejam guiadas por princípios de justiça baseados no respeito mútuo e nos direitos humanos universais. Assim,

Os direitos humanos são intrínsecos à Lei dos Povos e têm um efeito político (moral), quer sejam ou não apoiados localmente. Isto é, a sua força política (moral) abrange todas as sociedades, e são vinculativos em todos os povos e sociedades, incluindo Estados fora da Lei. Um Estado Fora da Lei que viole esses direitos deve ser condenado e, em casos graves, pode ser sujeito a sanções coercivas e mesmo a uma intervenção” (Rawls, 2014, p. 103).

É evidente que, hoje, ainda há Estados que atuam fora da lei. A invasão do território ucraniano pela Rússia exemplifica essa transgressão, ao violar os direitos humanos e subjugar a população ucraniana a condições desumanas e de insegurança constante. Tal como ressaltado anteriormente, a falta de capacidade para o diálogo tem levado muitos a optarem pela guerra, uma escolha que traz sofrimento e instabilidade.

As sociedades bem-ordenadas – aquelas que buscam o bem-estar de seus cidadãos e mantêm a paz com seus vizinhos – têm a responsabilidade de promover a paz global. Através da assistência àquelas nações em dificuldade, como a Ucrânia, as sociedades bem-ordenadas devem transformar "Estados Fora da Lei" em "Estados decentes", que privilegiam o diálogo ao invés do uso da força. Rawls classifica as sociedades em três tipos: as bem-ordenadas, as decentes e as fora da lei. Segundo ele, “os Estados fora da lei são agressivos e perigosos; todos os povos estarão mais seguros se esses Estados mudarem, ou forem forçados a mudar, as suas práticas, em uma sociedade decente. Porque uma sociedade decente não é agressiva e apenas entra em guerra em caso de autodefesa” (Rawls, 2014, pp. 104 e 111).

O atual conflito entre Israel e o grupo extremista Hezbollah ilustra um caso de autodefesa, onde uma sociedade decente responde a um ataque para proteger seus cidadãos. Contudo, os excessos cometidos ao longo da retaliação demonstram que, mesmo em autodefesa, o uso da força deve ser estritamente controlado, visando evitar a perda de vidas inocentes. A guerra conduz à destruição, e somente a razão e o diálogo são armas adequadas para homens comprometidos com a justiça e a paz.

Rawls também condena duas doutrinas da guerra que considera profundamente equivocadas:

Duas doutrinas niilistas da guerra devem ser absolutamente repudiadas. Uma é expressa pelo dito de Sherman, ‘a guerra é um inferno,’ com a implicação de que tudo vale para lhe pôr fim o mais rapidamente possível. A outra sustenta que somos todos culpados, e por isso estamos todos ao mesmo nível e não podemos com justiça culpar ou ser culpados. Ambas negam com ligeireza todas as distinções razoáveis; a sua vacuidade moral é manifesta porque todas as

sociedades civilizadas justas e decentes dependeram sempre da elaboração de distinções morais e políticas significativas” (Rawls, 2014, pp. 129-130).

O uso da força deve ser considerado somente como último recurso, quando todas as alternativas razoáveis de mediação e cooperação tiverem sido esgotadas. Da mesma forma que os jogadores de futebol atraem a atenção por suas habilidades, espera-se que líderes globais inspirem pelo exemplo, conduzindo suas nações pela via da razão pública e persuadindo os cidadãos e as nações a aderirem a princípios de justiça e cooperação. O exemplo ético dos governantes pode fortalecer o respeito mútuo e a paz entre os povos.

Immanuel Kant, em sua obra *À Paz Perpétua* (1795), anteviu um futuro onde as nações, respeitando suas diferenças, poderiam coexistir em harmonia. Kant afirmava:

Entre os povos da Terra, a violação do direito num lugar da Terra se sente em todos os outros; a ideia de um direito cosmopolita não é nenhuma representação fantástica e extravagante do direito, mas um complemento necessário de código não escrito, tanto do direito político como do direito das gentes, num direito público da humanidade em geral e, assim, um complemento da paz perpétua, em cuja contínua aproximação é possível encontrar-se só sob esta condição – respeito mútuo entre os povos através dos tratados (Kant, 2018, p. 151).

O ideal kantiano, que prevê a colaboração entre Estados para a paz e a justiça, fundamenta-se como um princípio relevante em meio às tensões do mundo contemporâneo. Esse conceito de integração e cooperação inspirou a formação da União Europeia, uma aliança que, nascida após duas devastadoras guerras mundiais, visa a paz e a prosperidade comum. O projeto europeu é uma materialização do ideal kantiano, provando que, apesar de diferenças culturais e políticas, a coexistência pacífica é possível mediante o respeito e o diálogo, firmemente ancorados na razão pública.

### **Considerações Finais: O Tempo como Aliado da Virtude**

Assim, à medida que navegamos pelas complexidades da vida, devemos lembrar que o tempo é um aliado essencial em nossa busca por significado e propósito. Em um mundo que frequentemente valoriza a velocidade e a competição, é fundamental pausar, refletir e reconhecer que cada um de nós tem um tempo único para brilhar. A sabedoria reside em aceitar nossas diferenças e respeitar o ritmo de cada ser. Como Platão, Aristóteles, Hobbes e Rawls nos ensinam, a verdadeira realização está em viver com virtude e propósito, guiando nossas vidas não pela sombra da comparação, mas pela luz da autenticidade e da razão pública.

Neste caminho, o convite, ainda por se realizar plenamente em muitas nações, já concretizado em algumas, é para que todos nós, em nossas jornadas, sigamos o exemplo dos grandes pensadores que nos precederam, encontrando a paz não apenas em nossas relações pessoais, mas também na esfera pública. Devemos cultivar um mundo onde a diversidade é celebrada e a paz se torna a norma, onde nem o excesso nem a falta prevaleçam, e a medida seja a constante busca para todos os cidadãos e nações.

## Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de António de Castro Caeiro. 6ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 2018.
- DEATON, Angus. *A Grande Fuga: Saúde, Riqueza e as Origens da Desigualdade*. Tradução de Luiz Roberto. São Paulo: Editora Aleph, 2014.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de Rosina D' Angina. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- KANT, Immanuel. *À Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2018.
- MANDEVILLE, Bernard. *A Fábula das Abelhas: Vícios Privados, Benefícios Públicos*. Tradução de Álvaro Valls. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política. Livro I. Processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. SP: Boitempo, 2013.
- PLATÃO. *A República*. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 11ª ed. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian
- RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Carlos Pinto Correia. Lisboa: Editorial Presença, 2017.
- \_\_\_\_\_. *O Direito dos Povos*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- \_\_\_\_\_. *O Direito dos Povos*. Tradução de Paulo Barcelos. Lisboa: Edições 70, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Justiça e Democracia*. Tradução de Irene A. Paternot. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.
- SANDEL, Michael. *A Tirania do Mérito: O que aconteceu com o bem comum (2020)*. Tradução Editora Civilização Brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- \_\_\_\_\_. *Justiça: Justiça. O que é a fazer a coisa certa*. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. 24ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- \_\_\_\_\_. *O Que o Dinheiro Não Pode Comprar: Os Limites Morais dos Mercados*. Tradução de Alberto Gomes. Lisboa: Editorial Presença 2015.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Recebido em: 11/2024  
Aprovado em: 06/2025